

KRIECK, L. E. Resenha de A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica *ReVEL*, v. 22, n. 43, 2024. [www.revel.inf.br].

Resenha de *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*

Letícia Emília KriECK¹

leticiaekriECK@gmail.com

RESUMO: Esta resenha apresenta sucintamente e tece considerações sobre o livro “A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica”, de Aquiles Tescari Neto e Sandra Quarezemin. A obra é constituída em duas frentes principais: a explanação das bases epistemológicas e metodológicas do programa cartográfico; e a sua aplicação em pesquisas que envolvem o português brasileiro em contato ou não com outras línguas. Para esse fim, o livro traz análises focadas nos domínios VP, IP e CP da oração, além de uma abordagem cartográfica da Nanossintaxe e uma entrevista com Guglielmo Cinque. Esta resenha se detém sobre tal conteúdo no intuito de avaliá-lo e recomendá-lo para os pesquisadores e entusiastas das temáticas envolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe; Cartografia; português brasileiro.

ABSTRACT: This review briefly presents and offers considerations on the book “A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica” by Aquiles Tescari Neto and Sandra Quarezemin. The work is structured around two main fronts: the explanation of the epistemological and methodological bases of the cartographic program; and its application in research involving Brazilian Portuguese in contact with other languages or not. To this end, the book provides analyses focused on the VP, IP, and CP domains of the clause, in addition to a cartographic approach to nanosyntax and an interview with Guglielmo Cinque. This review focuses on such content in order to evaluate and recommend it to researchers and enthusiasts of the involved themes.

KEYWORDS: Syntax; Cartography; Brazilian Portuguese.

Introdução

Há um aumento progressivo no desenvolvimento de estudos, nas últimas décadas, que encontram foco na Sintaxe em perspectiva cartográfica. Essa vertente de análise emergiu especialmente a partir do fim dos anos 1980, mas sobretudo nos anos 1990, propondo que as línguas humanas são organizadas em hierarquias enriquecidas

¹ Mestra e Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

e universais. Desde então, essa abordagem vem subsidiando um cenário amplo de análises sobre a estruturação das línguas e, em especial, do Português Brasileiro (PB).

Tal conjuntura fundamentou a publicação de **A Sintaxe do Português Brasileiro em Perspectiva Cartográfica**, de organização de Aquiles Tescari Neto e Sandra Quarezemin. O livro traz oito artigos que analisam, sob o viés da Cartografia, fenômenos variados concernentes à gramática do português brasileiro (PB) *per se* ou em comparação com outras línguas, além de uma entrevista com um dos fundadores da abordagem, o professor Guglielmo Cinque. A coletânea é voltada tanto para estudiosos e estudantes de Gramática Gerativa quanto para pesquisadores de outras áreas, como tipologistas, oferecendo a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, voltado sobretudo a apresentar um panorama sobre as pesquisas desenvolvidas em Sintaxe Cartográfica no Brasil.

Para seguir esse objetivo, o livro é dividido em seis partes: a primeira, que se destina a introduzir e descrever epistemologicamente o programa cartográfico; a segunda, que aborda investigações sobre o VP; a terceira, que engloba um estudo sob a abrangência do domínio IP; a quarta, que aborda análises na abrangência da área CP; a quinta, que incorpora investigações em Nanossintaxe; e a sexta, por fim, que apresenta a entrevista a Cinque, sobre o programa cartográfico da Teoria de Princípios e Parâmetros.

A presente resenha se destina a apresentar, de forma sucinta, o conteúdo do livro, de forma a recomendá-lo e na intenção de colaborar para a propagação do método de análise cartográfica e na divulgação das análises sobre as pesquisas em Cartografia no Brasil. Para este fim, este texto se subdivide à seguinte forma: a seção a seguir aborda a epistemologia e fundamentos do programa cartográfico; a seção 2, por sua vez, trata das análises concernentes à zona VP; a seção 3 aborda as investigações restritas, respectivamente, aos níveis IP e CP; a seção 4 se detém sobre a Nanossintaxe; a seção 5 apresenta a entrevista a Cinque; e, por fim, a seção 6 conclui esta resenha, abordando considerações sobre a coletânea.

1. A epistemologia cartográfica

O capítulo que principia o livro e elucida as bases conceituais do programa cartográfico é **Epistemologia do programa cartográfico**, em que se desenvolve o texto **O programa cartográfico e o desenho dos mapas da sintaxe das línguas naturais**, de autoria de Aquiles Tescari Neto. O trabalho enfatiza que a abordagem da Cartografia, um desdobramento da Teoria de Princípios e Parâmetros, se centra em encontrar uma compatibilidade sistemática entre as propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas, de um lado, e as projeções funcionais, de outro. Estabelece-se, assim, uma hierarquia enriquecida, válida para todas as línguas e que compõe parte permanente da Gramática Universal.

É possível atribuir a “Barriers”, de Chomsky (1986), o pioneirismo ao que adiante constituiria tal missão central do programa cartográfico ao admitir a extensão da Teoria X-barras. Chomsky sugere que a projeção estendida da sentença não estaria limitada a VP, mas que esse constituiria uma porção lexical mais baixa, seguida por um domínio flexional, IP; ambas as áreas, por suas vezes, seriam dominadas por uma zona periférica, CP, que codificaria informações como força e modalidade da sentença. Ademais, a proposta de Larson (1988) também foi fundamental à gênese da Cartografia, ao projetar VP-shell, uma divisão do VP em uma camada lexical (VP), mais baixa, e uma funcional (vP), mais alta.

A segunda metade dos anos 1980 já mostra, portanto, uma tendência dos estudos sobre a arquitetura da sentença em considerá-la de forma enriquecida. Contudo, foi Pollock (1989) o concreto precursor do empreendimento cartográfico a partir da hipótese da articulação de IP em duas projeções, AgrP, que comportaria os morfemas verbais de concordância, e, dominando-a, TP, em que combinar-se-iam as categorias de tempo, modo e aspecto. Esse estudo derivou outros de semelhante importância à sua constituição, como a proposta do sujeito interno a VP de Koopman e Sportiche (1991), que admitiu que o sujeito sentencial é soldado externamente dentro de VP.

Análises como Kayne (1994), Chomsky (1995) e Cinque (1996) também se mostraram fundamentalmente relevantes nesse contexto ao delinearem operações

importantes à Cartografia, respectivamente: que o movimento deve acontecer à esquerda; que há mecanismos específicos para a constituição das sentenças, como soldagem e agree; e que a soldagem deve ser unidirecional, sendo impossível à direita de V e N.

Atribui-se a estruturação efetiva do projeto cartográfico a propostas como a Teoria da Antiassimetria de Kayne, que ofereceu aportes em defesa do **axioma da correspondência linear**: as ordenações lineares exibidas nas sentenças são produto de relações hierárquicas e fica restrita a adjunção sucessiva de sintagmas a sintagmas – procedimento possível, por exemplo, ao Minimalismo, mas bloqueado na Cartografia. Propostas para a hierarquia de constituintes, como Cinque (1999) para os advérbios e Cinque (1994), Scott (2002) e Laenzlinger (2011) para os adjetivos, concretizam esse axioma ao formalizarem uma hierarquia rígida para tais classes, atestando que um modelo baseado na adjunção não seria apropriado para explicar o seu comportamento.

A epistemologia da Cartografia é constituída a partir de dois alicerces principais, a partir de Cinque (1999):

- a **universalidade**, que prediz que toda e qualquer língua manifesta o mesmo conjunto hierárquico de categorias funcionais; e
- as categorias funcionais como **primitivos da gramática**, um produto computacional da faculdade da linguagem.

Tais princípios fundamentam a sua metodologia principal, baseada em relações de transitividade levando em conta padrões de número, ordem relativa e tipo semântico.

Esse modus operandi é empregado na proposta de Cinque para os advérbios, supramencionada, que estrutura a distribuição de advérbios semanticamente distintos em uma hierarquia universal de projeções funcionais (cf. (1)):

- (1) [*francamente* Modo_{Ato de fala} > [*surpreendentemente* Modo_{Mirativo} > [*felizmente* Modo_{Avaliativo} > [*evidentemente* Modo_{Evidencial} > [*provavelmente* Modalidade_{Epistêmica} > [*uma vez* T_{Passado} > [*então* T_{Futuro} > [*talvez* Modo_{Irrealis} > [*necessariamente* Modalidade_{Necessidade} > [*possivelmente* Modalidade_{Possibilidade} > [*normalmente* Asp_{Habitual} > [*finalmente* Asp_{Tardio} > [*tendencialmente* Asp_{Predisposicional} > [*novamente* Asp_{Repetitivo(I)} > [*frequentemente* Asp_{Frequentativo(I)} > [*de /com gosto* Modalidade_{Volitiva} > [*rapidamente* Asp_{Acelerativo(I)} > [*já* T_{Anterior} > [*não ... mais*

AspTerminativo > [*ainda* AspContinuativo > [*sempre* AspContínuo > [*apenas* AspRetrospective > [(*dentro*) *em breve* AspAproximativo > [*brevemente* AspDurativo > [(?) AspGenérico/Progressivo [*quase* AspProspectivo > [*repentinamente* AspIncoativo(I) > [*obrigatoriamente* ModoObrigação > [*em vão* AspFrustrativo > [(?) AspConativo > [*completamente* AspSingCompletivo(I) > [*tudo* AspPlurCompletivo > [*bem Voz* > [*cedo* AspAcelerativo(II) > [*do nada* AspIncoativo(II) > [*de novo* AspRepetitivo(II) > [*frequentemente* AspFrequentativo(II) > ...

(Cinque, 1999, p. 106)

A hierarquia em (1) apresenta advérbios que ocupam uma posição rígida e fixa na estrutura (a menos que seja necessário valorar traços na estrutura informacional) e foi gerada a partir de **testes de precedência e transitividade**. Esse procedimento, relevante à Cartografia, prediz que, se um determinado elemento A precede um elemento B, que precede um elemento C, admite-se, portanto, a ordenação $A > B > C$. Essa sistematização gerará possibilidades como $A > C$, mas bloqueará qualquer inversão dessa ordem, como $C > B$, $B > A$ ou $C > A$.

Cinque evidencia esse procedimento aplicando-o a sentenças com advérbios em sentenças do inglês, de forma a indicar que há uma ordenação rígida e hierárquica entre elementos adverbiais semanticamente distintos. Por meio dos exemplos em (2), nota-se que AdvPs de ato de fala (como *honestly* “honestamente”) devem preceder avaliativos (*unfortunately* “infelizmente”). Essa ordenação é satisfatoriamente demonstrada em (1), e qualquer violação sua gerará, sistematicamente, agramaticalidade (cf. (2b)):

(2) a. **Honestly** I am **unfortunately** unable to help you.

Honestamente eu estou infelizmente incapaz de ajudar você

‘Honestamente, infelizmente, eu não tenho condições de te ajudar’

b. ***Unfortunately** I am **honestly** unable to help you.

(Cinque, 1999, p. 33, grifos meus)

Os testes de precedência e transitividade também fornecem evidências para a hierarquia de núcleos funcionais ao longo das línguas naturais, como os dados em (3) para os verbos auxiliares do inglês e do espanhol. Nesses, respectivamente, *have* e *han*

“têm” são a lexicalização de tempo; been e estado “estado”, o aspecto perfeito; e being e siendo “sendo”, o progressivo. Já o verbo principal no particípio, read e leídos “lidos”, lexicaliza Voz. Os testes em (3) permitem, para tais propriedades, a hierarquia em (4):

(3) a. These books **have been being read** all year.

Estes livros têm estado sendo lidos todo ano

‘Estes livros têm sido lidos todo o ano’

b. Esos libros **han estado siendo leídos** todo el año.

Esses livros têm estado sendo lidos todo o ano

‘Esses livros têm sido lidos todo o ano’

(4) Tempo > AspPerfeito > AspProgressivo > Voz ... (> V)

(Cinque, 1999, p. 57, grifos do autor)

Esse procedimento se alia a outras ferramentas aproveitadas pelo programa cartográfico, como operações distintas de movimento, soldagem, teorias e princípios. É o caso, por exemplo, dos sufixos aglutinantes de línguas como o coreano, que implicam movimentos do padrão roll-up ou snowball, envolvendo o deslocamento de uma porção lexical inteira da estrutura à esquerda de seu(s) núcleo(s) funcional(is). Propriedades atestadas para esses sufixos aglutinantes podem ser explicadas pelo Princípio da Imagem Especular, de Baker (1985), como uma consequência de aplicações sucessivas do movimento roll-up.

Para além da mobilização das operações e mecanismos, fundamental ao modus operandi da cartografia, a análise de Cinque (1999) evidencia que advérbios se tratam, efetivamente, de especificadores únicos de núcleos funcionais, e não se faz necessário qualquer tipo de adjunção para explicar os fenômenos linguísticos. A variação constatada inter ou intralinguisticamente parece ser, na verdade, devida a circunstâncias outras, como o merge interno (movimento), por exemplo, e não à possibilidade de adjunção:

para Cinque, a resposta [à variação] deve ser encontrada na própria Sintaxe: apesar de manipular uma mesma estrutura, cada língua parametriza o

movimento de uma forma, o que vale por ratificar a ideia corrente em sintaxe paramétrica, segundo a qual as diferenças entre as línguas estariam ligadas aos núcleos funcionais, que seriam o *locus* da parametrização e variação (Tescari Neto, 2020, p. 37).

As averiguações fornecidas pela Cartografia para a arquitetura das sentenças geram estruturas hierárquicas de categorias funcionais universalmente válidas; em outros termos, Cinque (1999) expressa que todas as línguas dispõem do mesmo conjunto ordenado de categorias, bem como dispõem dos mesmos princípios de composição. Reiterando, o que explica o fato de as línguas variarem entre si é (i) a forma como mobilizam operações sintáticas e (ii) o fato de realizarem morfofonologicamente ou não determinada categoria (spell-out).

A Cartografia se insere também na tarefa de compreender quais categorias, de fato, são codificadas na estrutura e quais não são, e por que (não) o são. Por esse motivo, o método negativo, que recorre às estruturas agramaticais nas línguas, herdado do gerativismo chomskyano, é adotado agora nessa corrente como significativo à descrição linguística. Dessa forma, na missão de gerar mapas enriquecidos que traduzam o conhecimento linguístico do falante, a Cartografia mobiliza métodos diversos que sejam capazes de descrever acuradamente a estrutura que permite usar as línguas naturais como as usamos, além de explicar a razão por trás do que é impossível.

2. A zona VP

Segue-se à descrição da epistemologia do programa cartográfico a Parte II, **Investigações sobre o VP**, dedicada a oferecer análises que se centram na estruturação desse domínio a partir do caso do PB. Esta seção se destina a apresentar concisamente os dois estudos que compõem o capítulo, respectivamente, que se dedicam à periferia-vP e ao movimento wh.

2.1 Considerações sobre a periferia-vP

A seção que se dedica à periferia-vP e preludia o capítulo é **Uma introdução à periferia-vP: foco e tópico**, de Sandra Quarezemin. Nesta, são recuperadas propriedades que caracterizam o foco e o tópico a partir da proposta da periferia-vP, de Belletti (2004), a partir de dados do PB e em interface com o italiano. Inicialmente, cabe a diferenciação entre foco, entendido como uma estratégia linguística para manter a atenção do ouvinte em um fragmento, e tópico, um constituinte que transmite alguma informação já compartilhada pelos sujeitos envolvidos no discurso e que está em predicação com a sentença-comentário – que, por sua vez, veicula a informação não pressuposta ou já referida no discurso.

Se a distinção entre focos e tópicos é clara, a autora defende que a Cartografia encontra evidências para considerar que os seus traços estão visíveis para a computação sintática. Em outras palavras, seguindo propostas como Cruschina (2012), o constituinte com um determinado traço discursivo deve checá-lo com o núcleo funcional relevante e compatível, codificando-o. Algumas línguas, por exemplo, manifestam partículas morfológicas de foco e tópico, como é o caso do japonês e do gungbe. Porém, as línguas também encontram outros recursos para realizarem esses traços. Uma dessas situações é a visualização de traços entoacionais específicos associados a tópicos e focos; Rizzi e Bocci (2017), por exemplo, mostram que focos possuem um acento proeminente em relação à pressuposição; já o tópico parece constituir um constituinte prosódico independente e, assim como o foco, também tem acentuação específica associada, que se destaca da sentença-comentário.

Além da morfologia e prosódia, focos e tópicos também encontram extensão na sintaxe. Belletti (2004) propõe a articulação em (5) para a zona acima de vP; essa representação justifica-se pelo entendimento de que constituintes-foco e tópico tenham posições dedicadas na estrutura, interagindo com seus respectivos núcleos, Foc e Top. Nota-se que essa representação é similar à constituição do CP, sob a acepção de Rizzi (1997), diferenciando-se dessa, contudo, pelo fato de que os constituintes em Spec,FocP na zona TP possuem entonação específica e conduzem interpretação distinta daqueles em Spec,FocP em CP.

(5) [TP ... [TopP ... [FocP ... [TopP ... [vP]]]]]

Situações tais qual (6), em que o sujeito ocupa uma posição pós-verbal, são compreendidas como envolvendo esse constituinte em uma posição de tópico na periferia de vP, pois fazem parte da informação mencionada anteriormente e separam-se do resto da sentença por pausa. Possibilidades como essa podem ser relativas à propriedade de inversão livre do sujeito, compartilhada pelas línguas românicas de sujeito nulo. Diferentemente do italiano, a sintaxe do PB não permite tanta flexibilidade em relação ao ordenamento do sujeito na sentença. Nessa, o sujeito deve estar pré-verbal, e o objeto não pode intervir entre esse constituinte e o verbo.

(6) P: Che cosa ha poi fatto Gianni?

que coisa aux finalmente feito Gianni

‘O que tem finalmente feito João?’

R: Ha (poi) parlato, Gianni.

aux finalmente falado Gianni

‘Tem finalmente falado, João’

(Belletti, 2004, p. 2022)

Quarezemin (2005) atribui esse fato à ideia de que, no caso do PB, o sujeito pré-verbal não possui acesso direto da posição focal baixa. Seguindo a proposta de Belletti, Bennati e Sorace (2007), de que a impossibilidade de versão livre reside nas diferentes estratégias de resposta que podem ser utilizadas pelos falantes, a autora propõe que o falante do PB opta por associar características prosódicas especiais ou sentenças clivadas à sentença SVO. Além disso, a inversão ocorre somente quando há algum elemento no início da sentença (cf. Pilati (2006)).

Fatos como o supracitado indicam que o sujeito foco de informação nas estruturas SVO do PB não está deslocado à esquerda, tampouco ocupa uma posição de Caso nominativo interna ao domínio TP. Diferentemente, esse constituinte parece

satisfazer o critério sujeito em Spec,SubjP, com FocP ativo nessa posição (segundo Belletti (2009), FocP dentro do DP possui o mesmo status da posição na periferia-vP).

Além disso, é preciso notar que o PB veta a flexibilidade de movimento do constituinte sujeito, como acontece em línguas de sujeito nulo pleno; diferentemente, o que parece acontecer é a sua alocação em uma posição sintática especial, Spec,FocP, dentro do DP em posição sujeito, SubjP, acrescida da focalização prosódica. Por sua vez, o objeto à direita pode checar o traço foco em Spec,FocP, internamente à periferia-vP. Esse movimento não é impedido pela eventual presença de um advérbio em uma posição baixa de tópico. Essa série de fatores aponta para a necessidade de se considerar que os componentes de interface de som e sentido interpretam a sentença diretamente da estrutura sintática, ideia essa sustentada pelos estudos em Cartografia.

2.2 Considerações sobre o movimento Wh

A coletânea de trabalhos cartográficos sobre o PB prossegue com **O português brasileiro: uma língua de movimento-wh opcional?**, de Mary Kato. Nesse estudo, a autora averigua, a partir de noções da Cartografia, por que há dois padrões para as perguntas in situ no PB, um com entonação ascendente, e outro, descendente; e como explicar as diferenças entre o PB e o francês, duas línguas que aparentemente apresentam opcionalidade quanto ao movimento-wh.

É notável que o PB apresenta dois padrões entoacionais para interrogativas-wh in situ: ascendente (↑), para perguntas sim/não e perguntas-eco; e descendente (↓), para perguntas reais (cf. (9)).

- (9) a. O João comprou um livro? ↑ (pergunta sim/não: entonação ascendente)
b. O João comprou **o que**? ↑ (pergunta-eco: entonação ascendente)
c. O João comprou **o que**? ↓ (pergunta real in situ: entonação descendente)

(Kato, 2020, p. 80)

b. (É) quando que ele chegou?

b'. [_{ForceP} [_{Σ₂} [_{TP} (é) [_{FocP} **Quando** [_{Foc} é **que** [_{VP} ele chegou quando]]]]]]]]

(Kato, 2020, p. 84)

Já para as interrogativas ex situ, a autora aponta que o sujeito pré-verbal nesse contexto é o padrão que imediatamente sucede a estrutura wh-que-SV (cf. Lopes Rossi (1996)). A proposta é que isso tenha acontecido devido a uma regra estilística de apagamento. Levando em conta o apontamento de Duarte (1992) de que o padrão wh-SV aparece primeiro com perguntas em que o elemento-wh é um adjunto, Kato (2014) supõe que isso se deva a ocorrências de haplologia, em que o falante opta por suprimir a sílaba idêntica. Por analogia, então, acaba-se por apagar o *que* também em outros casos – e essa mudança teria relação, portanto, com regras estilísticas, que, segundo Chomsky e Lasnik (1977), ocorreriam em PF.

3. As zonas IP e CP

Após a apresentação de análises restritas ao domínio VP, o livro prossegue às Partes III e IV, respectivamente, **Investigações sobre o IP** e **Investigações sobre o CP**, que trazem análises restritas à porção funcional da oração acima de VP. Esta seção apresenta tais estudos, que focam: nos modais, dentro do domínio IP; e no sistema CP e análises aplicadas, a saber, sobre o elemento “lá” e as línguas V2 e não V2.

3.1 A zona IP

A porção que trata da zona flexional da sentença é constituída pelo artigo **A interface sintaxe-semântica dos modais**, de Nubia Rech e Giuseppe Varaschin. Nele, os autores partem do problema para as teorias linguísticas que é serem capazes de explicar a propriedade de alguns auxiliares modais, como é o caso de “poder”, admitirem múltiplos sentidos. Nesse sentido, considera-se a proposta de Hacquard (2006, 2010), que postula, para os auxiliares modais, um único item lexical, admitindo

que suas distintas interpretações são geradas na derivação a partir do tipo de variável de evento, com a qual o modal se associa.

Os autores notam, contudo, que essa proposta não explica uma distinção interna à classe dos deônticos, “ought-to-do” e “ought-to-be”, que podem variar, por exemplo, quanto ao participante afetado pela orientação do modal ou pelo tempo de avaliação. Caso o tempo marcado pelo morfema flexional T coincida com o tempo de fala, como acontece em uma sentença como (13a), essas duas interpretações são possíveis; mas, por exemplo, se o modal estiver marcando passado (como em (13b)), é possível atribuir apenas a interpretação “ought-to-do”.

- (13) a. Os passageiros têm que colocar o cinto de segurança durante a turbulência.
b. Os passageiros tiveram que colocar o cinto de segurança durante a turbulência.

(Rech; Varaschin, 2020, p. 101)

A proposta para esse caso se centra em considerar que a interpretação “ought-to-be” é bloqueada por a sua categoria estar em posição mais alta na estrutura, sem escopo de TP(Passado) e TP(Futuro). O movimento, portanto, é impedido para que se acople à flexão T, fato esse associado às restrições de movimento de núcleos (cf. Travis (1994) e Chomsky (1986)).

Seguindo Rech e Varaschin (2017), essa separação se dá por a classe dos deônticos estar dividida em dois grupos, considerando-se verbos inacusativos e estativos. O primeiro grupo é o de inacusativos e estativos que aceitam deônticos do tipo “ought-to-do” e “ought-to-be”. Esse grupo descreve uma eventualidade passível de assumir uma forma enriquecida, que incorpore uma sequência incremental de eventos em que um participante agentivo atue. O deôntico pode, portanto, checar o traço [+Ag] no evento descrito pelo VP. Já o segundo grupo se refere aos inacusativos e estativos que aceitam apenas a interpretação “ought-to-be”. Diferentemente do primeiro, esse grupo não pode ser controlado por um participante correferencial ao seu argumento por meio do controle de suas fases preparatórias.

No caso dos inacusativos e estativos que admitem deônticos “ought-to-do”, são postas evidências que permitem estabelecer estruturas de eventos expandidas; nessas, o predicado lexicalizado é somente um estágio geral ou superveniente do processo. Por exemplo, o predicado “chegar” é composto de uma estrutura com vários subeventos: sair de casa, dirigir o carro, abrir a porta, chegar. Nesses casos, seria possível localizar um participante [+Ag] nas fases iniciais dessa estrutura que seria capaz de satisfazer o requisito de agentividade do deôntico em posição baixa. Uma situação distinta é o caso de um predicado como “morrer”, que admite uma fase de atividade que resulte no achievement, embora essa não seja obrigatória.

Há, portanto, uma diferenciação estrutural importante sobre as posições de deônticos “ought-to-do” e “ought-to-be” no que tange o tempo e o aspecto: o primeiro grupo está em posições mais baixas na estrutura, enquanto o último é interpretado acima. Essas observações mostram que, de fato, a estrutura sintática tem uma função significativa na interpretação do modal e que as propriedades do predicado, bem como as propriedades do evento ao qual o modal se associa, influenciam significativamente o escopo do modal em sua interpretação – o que, por sua vez, favorece a unificação sintaxe-semântica.

3.2 A zona CP

3.2.1 Considerações sobre o sistema complementizador

O texto que principia o capítulo dedicado à zona periférica da oração, CP, é **Complementizador, cartografia e o português brasileiro: uma introdução**, de Simone Guessier. Esse estudo provê bases teórico-conceituais para a compreensão do sistema CP, considerando primeiramente a abordagem introdutória de Rizzi (1997) e subsequentes refinamentos, como Rizzi (2001) e Shlonsky e Soare (2011). Essa fundamentação permitirá discussões acerca da periferia esquerda do PB, especificamente, sobre sentenças interrogativas-wh finitas e infinitivas.

A abordagem inaugural de Rizzi (1997), que compreende a camada CP como a interface entre o conteúdo proposicional interno ao IP e a estrutura superior, oferece a

esse sistema um caráter expandido e enriquecido, com a função de fornecer informações voltadas para fora e para dentro da sentença. Cabe a esse domínio, por exemplo, fornecer o tipo da sentença (exclamativa, interrogativa, relativa etc.), o que acontece na projeção **ForceP**, a mais alta possível. Também acontece dentro de CP a expressão da finitude, *i.e.*, uma caracterização do sistema flexional como finito ou não finito, por meio da projeção inferior **FinP**, limítrofe à área IP.

O domínio complementizador também abrange sintagmas topicalizados e focalizados. Os primeiros, sob o ponto de vista pragmático, caracterizam uma informação dada e disponível no discurso prévio; são complementados por estruturas de comentário, que se aplica ao tópico (cf. (14a)). Os segundos, por outro lado, expressam uma informação não pressuposta, cujo complemento é a pressuposição, um dado que o falante pressupõe que seja compartilhado com o ouvinte (cf. (14b)). Assim como acontece com Force e Fin, tópicos e focos formam o sistema Topic-Focus, cujos núcleos dedicados são, respectivamente, **Top^o** e **Foc^o**.

(14) a. Para a noiva, o João vai dar flores. (não um relógio)

b. O PROFESSOR eu encontrei na universidade ontem. (não a professora)

(Guessier, 2020, p. 122-124)

Rizzi (1997) averigua que a construção de cadeias de movimento é uma estratégia de último recurso, que se aplica para a satisfação de requerimentos (quase) morfológicos de um núcleo. Em CP, esses requerimentos não se aplicam no sentido de checagem de traços, mas, sim, de critérios. No caso do movimento-wh de I para C, por exemplo, aplica-se o Critério-Wh, que demanda que um constituinte dotado do traço [+wh] expresse configuração Spec-núcleo com um núcleo dotado do mesmo traço. Da mesma forma, há os Critérios-Top/Foc, que traduzem a necessidade de constituintes com esses traços estarem em configuração com seus respectivos núcleos.

Uma particularidade sobre tópicos e focos é que uma sentença pode conter vários tópicos, o que torna esse um elemento recursivo; contudo, não é possível a focalização de mais um constituinte. Além disso, a estrutura foco-pressuposição é incompatível com elementos-wh em sentenças matrizes, opostamente ao que acontece

com tópicos. Esse fato é plausivelmente devido à observação de que o operador-wh se move para o especificador de FocP em sentenças matrizes, de forma que compita com operadores interrogativos pela mesma posição.

O comportamento das categorias consideradas permite a articulação da hierarquia em (15), em que o asterisco indica a possibilidade de recursividade:

(15) [ForceP [TopP* [FocP [TopP* [FinP [IP

(Rizzi, 1997, p. 297)

Rizzi (2001) propõe um refinamento à hierarquia em (15) observando que complementizadores declarativos podem ser seguidos apenas por tópicos, enquanto os interrogativos podem ser ora precedidos, ora seguidos por tais elementos. Assim, é proposta uma projeção **IntP**, superior a FocP, que possa abrigar o segundo grupo. Também é averiguado que, exclusivamente em sentenças encaixadas, focos e elementos-wh podem co-ocorrer na ordem foco-wh, desde que o elemento-wh seja um objeto direto, e o constituinte focalizado, um PP. É, portanto, sugerida uma projeção **WhP** para comportar tais elementos. O refinamento da articulação em (15) é dado em (16a), para sentenças matrizes, e em (16b), para encaixadas:

(16) a. [ForceP [TopP [IntP [TopP [FocusP [TopP [FinP

b. [ForceP [TopP [IntP [TopP [FocusP [TopP [WhP [TopP [FinP

(Guesser, 2000, p. 135)

Shlonsky e Soare (2011) aprimoram essa proposta a partir de fenômenos observados em torno do elemento “why” (“por quê”) do inglês. Os autores propõem que ele pode ser gerado no especificador de uma projeção não criterial localizada mais abaixo que IntP. Uma série de evidências interlinguísticas indica que seja necessária uma projeção abaixo de elementos interrogativos para acomodar tais itens, a qual os autores rotulam como **ReasonP**. Nesse caso, algumas línguas podem optar pelo movimento dos constituintes dessa projeção a WhP, a depender, também, da leitura desejada. A hierarquia em (17), que refina (16), apresenta tal aprimoramento:

(17) [ForceP [TopP [IntP [TopP [FocusP [TopP [WhP [TopP [ReasonP [FinP

(Guessser, 2000, p. 141)

No caso do PB, análises como Guessser (2016) mostram que essa língua parece confirmar a articulação proposta para o sistema CP. Dados como (18-19) mostram que, em sentenças encaixadas ou matrizes, os elementos-wh se movem para Spec,WhP, ao passo que aqueles focalizados, para SpecFocP. A agramaticalidade de (19a) e (19c) se justifica a partir da proposta de que o CP é truncado acima de WhP, e, por isso, Foc^o não pode ser projetado em sentenças infinitivas (que, portanto, não aceitam elementos focalizados). Wh^o, por outro lado, é possível, de forma que sentenças como (19b) e (19d) sejam bem-formadas.

(18) a. O que fazer com esse problema?

b. O que eu faço com esse problema?

c. Eu pergunto a vocês o que fazer com esse problema.

d. Eu pergunto a vocês o que eu faço com esse problema.

(19) a. *UMA BOLSA dar pra Joana. (e não um sapato)

b. UMA BOLSA dê pra Joana. (e não um sapato)

c. *O Pedro disse UMA BOLSA dar pra Joana. (e não um sapato)

d. O Pedro disse que UMA BOLSA eu devo dar pra Joana. (e não um sapato)

(Guessser, 2016, p. 126)

A discussão em torno de dados como (18-19) expressa como propostas cartográficas para o domínio CP parecem dar conta de explicar fenômenos do PB e, ao mesmo tempo, motivam a expansão das discussões sobre tal área nessa língua, na tentativa de caracterizá-la mais precisamente.

3.2.2 Considerações sobre o elemento “lá”

A seção destinada a trazer análises sobre o advérbio “lá” sob o escopo das análises cartográficas para o domínio CP é **A sintaxe de ‘lá’ na cartografia do CP**, de Bruna Karla Pereira. Nesse estudo, a autora descreve a realização do item em contextos distintos e propõe a sua estruturação dentro da estrutura cartográfica de CP. O trabalho se centra em defender que existem quatro posições que podem alojar o item “lá”: FocusP (lá₁), TopP (lá₂), FinP (lá₃) e ForceP (lá₄).

No primeiro caso, em que é proposto que o elemento ocupe uma posição de foco em CP, ele tem as seguintes características: é intercambiável com “aqui” e “aí”; não possui valor locativo, mas enfático; é necessariamente pós-verbal; acontece em contextos imperativos; e, por isso, é incompatível com sentenças condicionais, subordinadas e infinitivas. (20) apresenta um exemplo da aplicação do referido “lá”:

(20) Calma **lá!** Você não pode me acusar assim.

(Pereira, 2020, p. 153)

Para a autora, esse elemento é associado a Spec,FocusP, internamente a CP, e o verbo se move para Force^o. Essa análise se deve aos fatos de que esse “lá” possui foco entonacional e é incompatível com itens-wh focalizados, além de que deve ser pós-verbal e adjacente ao verbo.

O segundo “lá” (cf. (21)), que é admitido como estando em Spec,TopP, tem valor locativo, já que não pode co-ocorrer com elementos locativos como “aqui”, “aí” e “de onde”.

(21) Lá vem a Maria.

(idem, p. 156)

A autora conjectura que esse item se insere em posição inicial como uma estratégia para suprir e enfatizar a noção de fonte locativa ausente em alguns agrupamentos fonéticos já destituídos no PB, como “ê”, “em” e “im” quando acompanhados do verbo

“vir”. Dessa forma, esse “lá” está vinculado a contextos discursivos relativos a tópico ou ênfase, mantendo o valor locativo. Sustenta-se que Spec,TopP seja a posição adequada para acomodar esse elemento porque ele pode veicular informação dada e permite recursão.

O terceiro “lá” (cf. (22)), que se situa em Spec,FinP, possui valor locativo enfraquecido, já que pode se combinar a elementos-wh como “onde”; acompanhado do verbo “ir”, há alternância entre as noções de iminência e decorrência de uma ação.

(22) a. Ele **lá** ia **tomar** café, quando derramou tudo na mesa.

b. [...] eles **lá** ia **berano** um matão [...]

(idem, p. 161)

A noção de iminência acontece pelo verbo auxiliar “ir” mais verbo principal no infinitivo (cf. (22a)), enquanto a de decorrência é realizada pelo verbo “ir” no indicativo, podendo ser seguido de um verbo principal no gerúndio (cf. (22b)). Ambas as noções são invariavelmente codificadas em FinP, de modo que a posição possível para esse elemento esteja no especificador dessa projeção. Nessa posição, o elemento valida o traço [\pm realis] desse núcleo.

O último “lá”, admitido como estando em Spec,ForceP, é presente em estruturas do tipo “seja lá x for” (cf. (23)), com o “x” correspondendo a um DP, um AdvP, um PP ou um QP.

(23) a. Seja lá que pessoa/qual livro for, aceite.

b. Seja lá quem for, cumprimente.

(idem, p. 165)

Esse elemento sempre deve ter valor wh, o que é sustentado por evidências como: (i) no inglês, a mesma estrutura sempre tem um elemento wh nessa posição; (ii) essa estrutura se comporta muito bem como respostas a perguntas. Nesse último caso, esses elementos-wh são gerados internamente ao IP/VP, como predicativos em Small Clause, alçando-se para Spec,FocusP, no domínio do CP. Caso o alçamento não

aconteça, a formação se torna agramatical. Esse “lá” estaria, assim, localizado em uma posição imediatamente acima de Spec,ForceP, para onde os elementos-wh se movem: a posição Spec,ForceP. Ressalta essa proposta a ideia de que Force^o tem traços [+condicionais]; já que a estrutura “seja lá x for” pode ser parafraseada por uma oração condicional com “se”, ela mantém a validação desse traço.

Em suma, de acordo com a hierarquia cartográfica, as posições para os quatro distintos “lá” presentes no PB são representadas em (24):

(24) [ForceP lá₄ [FocusP lá₁ [TopP lá₂ [FinP lá₃

3.2.3 Considerações sobre CP em línguas V2 e não V2

A seção **A periferia esquerda em línguas V2 e línguas não V2**, de Carlos Felipe Pinto, descreve a configuração de CP em línguas em que o verbo finito aparece na segunda posição da oração precedido por apenas um constituinte, em comparação com aquelas que mostram comportamento díspar. Neste trabalho, o autor defende que o efeito V2 sempre implica movimento do verbo para CP e que línguas V2 têm uma periferia esquerda mais curta que línguas não V2.

O autor parte da estrutura básica em (25) para explicar a variação no efeito V2 ao longo das línguas que checam esse parâmetro, no caso das orações matrizes. A partir dessa configuração, parte-se da asserção de que Force^o tenha os traços [-selecionado; +declarativo; +assertivo]. O primeiro traço determina que esse núcleo seja nulo, enquanto o último, que é um subtraço do traço [±declarativo], estabelece que Force^o selecionará um FinP com EPP como complemento. Essa projeção atrairá o verbo e o XP para si.

(25) [ForceP [Force^o [FinP [Fin^o [IP

Já em orações subordinadas com o complementizador realizado fonologicamente, o traço que as distingue em relação a orações matrizes é [±selecionado], para o qual checa-se valor positivo. Como consequência, Force^o

precisa de uma realização fonológica, o que determina a presença da conjunção. Os outros traços são idênticos aos das orações matrizes e fazem com que o verbo se mova para Fin^o, bem como um XP qualquer para FinP. Assim, somente o traço [\pm asserção] seria o que diferencia línguas simétricas daquelas assimétricas: enquanto as primeiras teriam exclusivamente orações [+declarativas] com o subtraço [+assertivo], as últimas possibilitariam variação de [\pm asserção] nas orações subordinadas declarativas.

Assim, defende-se que existem ao menos dois grupos de línguas dentre aquelas configuracionais: as línguas não V2, que têm uma posição pré-verbal exclusiva para o sujeito; e as línguas V2, que não têm. A defesa do autor se centra em afirmar que a periferia esquerda dos dois grupos não é idêntica. Uma das evidências que sustentam essa tese é a de que as línguas V2 possuiriam uma periferia esquerda mais curta do que as línguas não V2, afinal, esse primeiro grupo apresenta fronteamento de constituintes que é dado por uma restrição estrutural, vetando a ordem XP-S-V.

No segundo grupo, por outro lado, há evidências que indicam que o fronteamento de constituintes seja estabelecido por questões discursivas, de modo que a ordem XP-S-V seja possível. Portanto, as projeções TopP e FocP são opcionais nas línguas não-V2; por outro lado, FrameP parece ser opcional nas línguas não V2 e nas V2 não rígidas. FrameP, TopP e FocP não são projeções ativas em línguas V2 rígidas. Tais considerações permitem as articulações em (26-28) para as periferias esquerdas de, respectivamente, línguas V2 rígidas, línguas V2 não rígidas e línguas não V2:

(26) [ForceP... [FinP... [IP...

Verbo em Force^o

(27) [ForceP... ([FrameP...]) [Fin*P... [IP...

Verbo em Fin^o

(28) [ForceP... ([FrameP...]) ([TopP...]) ([FocP...]) [FinP... [IP...

Verbo fora de CP, em IP ou VP

Uma língua como o PB pode se alocar dentro da hierarquia em (28); nessa, o verbo está alocado dentro do domínio IP, e os deslocamentos de sintagmas para a periferia esquerda acontecem por motivos relacionados à força ilocucionária ou discursiva. Portanto, Spec,FinP deve ser uma posição inativa nessa língua, não ocupada por qualquer constituinte. É digno de nota que o PB apresenta marcadores especiais para foco e interrogativas; a nota de Ribeiro (2009) relativa à possibilidade de um elemento parentético estar entre o XP e esse marcador conduz à asserção de que XP e núcleo não estejam na mesma projeção. Diferentemente, o XP parece estar em alguma posição de foco, enquanto o marcador estaria mais abaixo, no núcleo Fin^o.

4. A Nanossintaxe

Esta seção se destina a abordar a abordagem da Nanossintaxe, que atua em paralelo à Cartografia. Em **Nanossintaxe: uma expansão cartográfica**, Thayse Letícia Ferreira apresenta esse modelo de análise sintática que atua como teoria científica para fornecer estudos sobre a linguagem humana. Essa corrente de análise se fundamenta na noção de que a natureza dos terminais sintáticos é submorfêmica; desse modo, a vertente trabalha com elementos menores do que itens de vocabulário, que pertencem a um conjunto de traços de vocabulário, “‘nano’ unidades sintático-semânticas capazes de construir, por meio de certas operações sintáticas, outros elementos” (Ferreira, 2020, p. 202).

A Nanossintaxe trabalha com o pressuposto minimalista da otimização e economia, mas, ao mesmo tempo, entende que os mecanismos computacionais da linguagem são enriquecidos, tal qual a Cartografia. Dessa forma, como a vertente cartográfica, também propõe hierarquias articuladas para domínios linguísticos distintos, sob o mecanismo “one feature, one head”. Além disso, essa vertente de análise também assume que há uma hierarquia universal em que os traços submorfêmicos relevantes estão rigidamente ordenados.

No entanto, ela se diferencia da Cartografia por se fundamentar na noção de que o léxico armazena certas informações que são provenientes de outros módulos da gramática. Assim, a compreensão é que a sintaxe constrói, por meio de poucas regras,

as estruturas funcionais que serão armazenadas nos itens lexicais. Acrescida às informações fonológica e enciclopédica, provenientes do conhecimento de mundo dos falantes, essa estrutura funcional atuará na formação de sentenças das línguas naturais. Na Nanossintaxe, portanto, o léxico será inserido tardiamente, considerando-se a correspondência fonológica, estrutural e enciclopédica da estrutura. Além disso, entende-se que um único item é capaz de realizar um esqueleto complexo de traços conceituais, contendo mais de um núcleo.

Nesse modelo, a partir da noção de que a natureza dos núcleos sintáticos é submorfêmica, o spell-out pode ocorrer tanto em posições terminais quanto em nódulos sintagmáticos. Esse processo acontece em ciclos, definidos pela adição de um traço na estrutura por meio de merge externo. Assim, a derivação é do tipo bottom-up, e o léxico pode ser acessado após cada traço na construção ser inserido. A operação de spell-out deve conter uma memória das operações anteriores, a fim de se evitar que traços mais baixos sejam identificados repetidamente. Nesse sentido, o Princípio da Lexicalização Exaustiva Cíclica entra como essencial para o sucesso da derivação, estabelecendo que todos os nós terminais devem estar lexicalizados ao término de cada ciclo.

Outro princípio caro à Nanossintaxe é o Princípio do Superconjunto, que determina que estrutura sintática armazenada no item lexical deve ser idêntica à estrutura-alvo ou incluir a árvore a ser realizada. Assim, como consequência, a estrutura no léxico pode ser maior do que aquela em spell-out. Se existirem traços não utilizados na derivação, quando existem duas entradas possíveis para inserção na estrutura, aquela que possuir o menor número de traços não utilizados será a que prevalecerá, o que corresponde ao Princípio do Lixo Minimizado. Porém, nem todos os elementos funcionais de uma hierarquia podem ser ignorados na computação; nesse sentido, insere-se a Condição de Âncora, que prediz que o traço inferior atua como âncora da estrutura (e, por consequência, somente traços mais altos podem ser ignorados).

Dessa forma, é preciso notar que Cartografia e Nanossintaxe se relacionam à medida que compartilham de certas bases e operações, mantendo em comum alguns preceitos heurísticos. Mesmo assim, destaca-se que ela é um modelo independente, já

que levanta um modo de análise distinto acerca da organização e o processamento da linguagem humana por meio de fundamentos e princípios distintos daqueles da vertente cartográfica.

5. Entrevista a Guglielmo Cinque

Além dos oito textos que enfocam a teoria cartográfica e análises restritas ou relacionadas a ela, a coletânea traz uma entrevista ao professor Guglielmo Cinque. Titular da Universidade Ca' Foscari de Veneza, Cinque é um dos fundadores e mais importantes nomes da perspectiva de análise da Cartografia. À luz dessa abordagem, vem desenvolvendo estudos a respeito, dentre outros temas, da zona intermediária da oração, advérbios, adjetivos e orações relativas, itens para os quais propõe arquiteturas estruturais que descrevam e expliquem suas propriedades sintáticas e semânticas.

Ao início da interlocução, os organizadores questionam o autor a respeito de como situar teoricamente a importância da Cartografia nos estudos sintáticos e se seria possível considerá-la uma “versão europeia” da Gramática Gerativa. Cinque responde que isso seria parcialmente verdade; é fato que os europeus deram uma contribuição inicial para determinar algumas projeções funcionais e de seus sintagmas maiores, mas há outros trabalhos importantes feitos fora da Europa, como Abney (1987) e Ritter (1991, 1992).

Versando sobre a estrutura articulada das representações sintáticas, os organizadores perguntam se as categorias cristalizadas pela evolução linguística na estrutura das línguas teriam algo a dizer sobre a evolução da linguagem. Cinque aponta que sim: todas as noções que compõem o sistema cognitivo humano, aquelas que são codificadas gramaticalmente, fazem parte da Faculdade da Linguagem, da Gramática Universal. Podemos exprimir qualquer conceito utilizando alguma estratégia linguística, mas os elementos gramaticais (determinantes, morfemas aspectuais e temporais, complementadores etc.) são classes limitadas e fechadas.

É questionado, então, se, em relação a categorias gramaticais como a estrutura articulada da oração e da expressão nominal, seria possível assumir que existe convergência entre paradigmas teóricos filosoficamente distintos, como o

funcionalismo, por exemplo. Cinque argumenta que a convergência se dá somente a nível empírico, descritivo, mas os pressupostos entre Cartografia e funcionalismo são muito diferentes. Mesmo assim, isso não exclui a possibilidade de os trabalhos gerativistas considerarem alguns dos resultados empíricos de outros paradigmas filosoficamente também distantes. Não há nada de inconveniente, do ponto de vista metodológico, em utilizar dados provenientes de outras disciplinas, como a psicolinguística evolutiva, neurolinguística e linguística de corpus.

Em seguida, os organizadores perguntam se a assimetria direita-esquerda das línguas naturais seria uma consequência da antissimetria da sintaxe, no espírito de Kayne (1994). Cinque responde que sim, e, além disso, do fato de que a ordem das palavras é determinada pelas diferentes maneiras pelas quais as categorias se movem dentro da própria projeção estendida, criando estruturas hierárquicas diversas que, depois, dão origem às diversas ordens superficiais (segundo o Axioma da Correspondência Linear). Ele acredita que uma mera instrução do tipo “colocar algo à direita ou à esquerda de alguma outra coisa” não é suficiente; diferentemente, mesmo se a ordem for imposta só na interface com o sistema sensorio-motor, isso parece acontecer pela narrow syntax, em particular, pela separação dos núcleos e dos sintagmas das ou pelas partes opostas das categorias NP, VP, AP etc.

Ainda sobre os universais linguísticos, os organizadores perguntam qual o tratamento mais prudente dos argumentos do verbo a nível conceitual. Cinque argumenta que esses elementos entrariam na derivação em posições à esquerda do verbo temático. Uma consequência da assimetria direita-esquerda é que também os complementos sejam gerados em posições que c-comandam as categorias lexicais. Quando questionado sobre ser justa a classificação tipológica das línguas como de núcleo inicial e de núcleo final, o autor aponta para a necessidade de distinguir as línguas de núcleo inicial e as de núcleo final consistentes das inconsistentes, como discutido em Cinque (2017).

Os organizadores, em seguida, perguntam a opinião de Cinque acerca das principais razões para supor que o movimento sintático se trate, na verdade, não de movimentos nucleares, mas de movimentos sintagmáticos. O autor responde que, em algumas línguas, a ordem pode ser derivada apenas por movimento de sintagma (N A

Num Dem etc.), e as poucas que poderiam dar a impressão de serem deriváveis com o movimento nuclear (aquelas com ordem N Dem Num A) somente podem ser derivadas com o movimento de NP sem pied-piping.

Abordando a interface sintaxe-semântica em Cartografia, é questionado se haveria motivações semânticas ou pragmáticas às hierarquias cartográficas. O autor responde que seria plausível pensar que as ordenações das diversas projeções funcionais seja uma consequência de princípios mais gerais. Porém, não se pode jogar só para a semântica a existência das projeções funcionais que são identificadas.

Já sobre a Nanossintaxe, Cinque é questionado sobre quais seriam as principais semelhanças e diferenças entre ela e a Cartografia. Ele responde que o programa nanossintático leva às últimas consequências a decomposição das estruturas funcionais postuladas pela Cartografia, mas também a decomposição das estruturas lexicais, sintetizando o próprio léxico. Além disso, trata da possibilidade de as entradas lexicais serem substituídas por subestruturas sintáticas. Por esse motivo, a Nanossintaxe se mostraria uma alternativa ao programa kayniano da presença maciça de morfemas não pronunciados ao lado daqueles pronunciados.

Finalmente, os organizadores perguntam sobre quais seriam as linhas de pesquisa mais promissoras nessa área da sintaxe. Cinque aponta que há, ainda, muito por descobrir sobre a estrutura funcional da oração e os seus sintagmas, assim como para a estrutura das projeções estendidas do sintagma nominal, do AP e de outras categorias. Um aspecto que vem sendo mais explorado é a explicação ulterior para as sequências que são postuladas.

6. Considerações finais sobre a obra

Ao trazer textos a respeito da epistemologia cartográfica e da Nanossintaxe, além de análises que a consideram para tratar de fenômenos correlatos ao PB e outras línguas, **A Sintaxe do Português Brasileiro em Perspectiva Cartográfica** é uma leitura que tem muito a acrescentar aos pesquisadores em Sintaxe Formal, inseridos ou não no programa cartográfico, além de estudiosos de áreas correlatas. Isso porque a obra traz um compêndio bastante enriquecido do modus operandi da

Cartografia, que se realiza tanto na descrição de sua base e epistemologia, pelo texto introdutório da coletânea, como empiricamente, por meio das análises que aplicam a epistemologia do programa aos fenômenos diversos do PB em paridade ou não com outras línguas. A seção que aborda o modelo nanossintático é também conveniente ao propósito do livro, ao apresentar seus princípios e métodos de análise, que ora convergem, ora se distanciam daqueles da Cartografia. Por fim, a entrevista com Guglielmo Cinque encerra nobremente a coletânea, por fornecer contribuições sobre questões que permeiam a pesquisa em Cartografia e os próximos passos do programa.

Há um aspecto em específico que pode intervir na leitura da obra como um todo – isso é, não considerando os seus capítulos fragmentadamente, mas a coletânea em sua totalidade: a retomada relativamente frequente dos pressupostos de análise da Cartografia ao longo do livro, já desenvolvidos em sua Parte I, assim como alguns aspectos circunscritos ao domínio CP. Por outro lado, é digno de nota que recebeu pouquíssimo espaço na obra a grande contribuição do método de análise cartográfico para algumas categorias em *middlefield*, a exemplo das posições de sujeito (a esse respeito, ver análises como Cardinaletti (1996, 1997, 2004) e Poletto (2000) – estudos que mostram o forte poder explanativo do programa e a robustez de suas operações para explicar fenômenos linguísticos). O leitor interessado em conhecer ou aprofundar-se em Cartografia poderia também beneficiar-se da abordagem desse viés caro ao seu desenvolvimento e constituição enquanto modelo de análise.

Mesmo assim, é inegável que a coletânea ofereça uma contribuição significativa para a disseminação do método de análise cartográfica e para a divulgação das pesquisas em Cartografia no Brasil, por proporcionar um panorama abrangente e aprofundado dos princípios e aplicações do programa. Recomendo, portanto, a leitura da obra, considerando-a um recurso fundamental para compreender como a pesquisa em Cartografia se constituiu, como vem se estabelecendo e quais são algumas de suas direções futuras.

Referências bibliográficas

ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. Tese de Doutorado. Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Cambridge, 1987.

BAKER, M. The mirror principle and morphosyntactic explanation. *Linguistic Inquiry*, v. 16, p. 373-415, 1985.

BELLETTI, A. Answering strategies: new information subjects and the nature of clefts. In: *Structure and strategies*, Routledge, 2009.

BELLETTI, A. Aspects of the low IP area. In: RIZZI, L. (Ed). *The structure of CP and IP: the cartography of syntactic structures*. v. 2. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

BELLETTI, A; BENNATI, E.; SORACE, A. Theoretical and developmental issues in the syntax of subjects: evidence from near-native Italian, *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 25, n. 4, p. 657-689, 2007.

CARDINALETTI, A. Toward a cartography of subject positions: In: RIZZI, L. (Ed.) *The structure of CP and IP: the cartography of syntactic structures*, v. 2. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004, p. 115-165.

CARDINALETTI, A. Subjects and clause structure. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The new comparative Syntax*. London: Longman, 1997.

CARDINALETTI, A. Subjects and clause structure. *Working papers in Linguistics*. v. 6, n.1, 1996.

CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger Publishers, 1986.

CHOMSKY, N; LASNIK, H. Filters and control. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 3, p. 425-504, 1977.

CINQUE, G. A microparametric approach to word order typology. In: KARIMI, S; PIATTELLI PALMARINI, M. (Ed.). *Parameters: what are they? Where are they?* Linguistic Analysis 41, 2017.

CINQUE, G. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, G. The 'Antisymmetric' Programme: Theoretical and Typological Implications. *Journal of Linguistics*, vol. 32 (2), 1996, p. 447-464.
<http://lear.unive.it/jspui/handle/11707/118>

CINQUE, G. On the evidence for partial N-Movement in the Romance DP. In: CINQUE, G. et al. (Eds.) *Path towards Universal Grammar: studies in honour of Richard S. Kayne*, Washington: Georgetown University Press, 1994, p. 85-110.

CRUSCHINA, S. *Discourse-related Features and Functional Projections*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) no português do Brasil. *DELTA*. Número Especial, p. 37-52, 1992.

FERREIRA, T. L. Nanossintaxe: uma expansão cartográfica. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

GUESSER, S. Complementizador, cartografia e o Português Brasileiro: uma introdução. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

HACQUARD, V. On the event relativity of modal auxiliaries. *Natural Language Semantics*, v. 18, n. 1, p. 79-114, 2010. Disponível em: http://ling.umd.edu/~hacquard/papers/hacquard_NALS_eventrelativity.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017.

HACQUARD, V. *Aspects of modality*. 2006. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2006.

KATO, M. O Português Brasileiro: uma língua de movimento-wh opcional?. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

KATO, M. A. The role of the copula in the diachronic development of focus construction. In: CÔTÉ, M. H.; MATHIEW, E. (Orgs.). *Variation within and across Romance languages*. Amsterdã, Filadélfia: J. Benjamins, 2014, p. 294-314.

KATO, M. A. Deriving wh-in-situ through movement. In: CAMACHO-TABOADA, V.; JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, A.; MARTÍN-GONZÁLEZ, J.; REYES-TEJEDOR, M. (Eds.). *Information structure and agreement*. J. Benjamins, 2013, p. 175-191.

KAYNE, R. S. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1994.

KOOPMAN, H.; SPORTICHE, D. The Position of Subjects. *Lingua*, v. 85, p. 211-258, 1991.

LAENZLINGER, C. *Elements of comparative generative grammar: a cartographic approach*. Pádua: Unipress, 2011.

LARSON, R. K. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, p. 335-391, 1988.

LOPES ROSSI, M. A. G. *A sintaxe diacrônica das Interrogativas-Q do Português*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

POLLOCK, J. Y. Verb movement, Universal Grammar and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v. 20, p. 365-424, 1989.

PEREIRA, B. K. A sintaxe de 'lá' na cartografia do CP. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília (UnB), 2006.

POLETTI, C. *The higher functional field: evidence from northern Italian dialects*. New York: Oxford University Press, 2000.

QUAREZEMIN, S. Uma introdução à Periferia-vP: foco e tópico. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

QUAREZEMIN, S. *A focalização do sujeito no Português Brasileiro*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RECH, N.; VARASCHIN, G. A interface sintaxe-semântica dos modais. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

RECH, N.; VARASCHIN, G. Predicados inacusativos e a modalidade deôntica. *Revista Letras*, 2017.

RIBEIRO, I. Construções de focalização: comentários ao texto de Simone Guessier. In: NAVES, R. R.; SALLES, H. (Orgs). *Estudos formais da gramática das línguas naturais*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009, p. 109-122.

RITTER, E. Cross-linguistic Evidence for Number Phrase. *Canadian Journal of Linguistics*, 37, p. 197-218, 1992.

RITTER, E. Two functional categories in noun phrases: Evidence from Modern Hebrew". In: ROTHSTEIN, S. (Ed.). *Syntax and semantics*, v. 25: Perspectives on phrase structure: Heads and Licensing. San Diego: Academic Press, 1991.

RIZZI, L. On the position of interrogative in the left periphery of the clause. In: CINQUE, G; SALVI, G. (Eds.) *Current studies in Italian syntax. Essays offered to Lorenzo Renzi*. Oxford: Elsevier North-Holland, 2001.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (Org.). *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997, p. 281-337.

RIZZI, L.; BOCCI, G. The left periphery of the clause – Primarily illustrated for Italian. In: *Blackwell Companion to Syntax*, II edition. Blackwell Publishers, 2017.

SCOTT, G-J. Stacked adjectival modification and the structure of nominal phrases. In: CINQUE, G. (Ed.) *Functional structure in DP and IP: the cartography of syntactic structures*. v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 91-120.

SHLONSKY, U; SOARE, G. Where's 'why'?. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Massachusetts, v. 42, n. 4, p. 651-669, 2011.

TESCARI NETO, A. O programa cartográfico e o desenho dos mapas da Sintaxe das línguas naturais. In: QUAREZEMIN, S; TESCARI NETO, A. (Org.). *A sintaxe do português brasileiro em perspectiva cartográfica*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

TRAVIS, L. *Parameters and effects of word order variation*. Tese de Doutorado. Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Cambridge, 1984.